



Demonstrações financeiras

Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2024

SUMÁRIO

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	4
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado	15
1 Contexto operacional	18
2 Base de preparação e apresentação	19
3 Caixa e equivalentes de caixa	21
4 Aplicações financeiras	22
5 Contas a receber	22
6 Investimentos	23
7 Imobilizado	26
8 Intangível	30
9 Fornecedores	32
10 Tributos a recolher sobre o lucro	32
11 Concessões a pagar	34
12 Financiamentos e debêntures	36
13 Provisão para compromissos futuros	38
14 Processos judiciais	40
15 Patrimônio líquido	44
16 Receita líquida	45
17 Custos e despesas operacionais	47
18 Receitas e despesas financeiras	47
19 Transações com partes relacionadas	48
20 Instrumentos financeiros	49
21 Cobertura de seguros	56
22 Compromissos	56
23 Informações complementares ao fluxo de caixa	58

Relatório da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Desempenho operacional

Alinhados com nosso foco em eficiência operacional, valorização das pessoas e responsabilidade socioambiental, alcançamos conquistas importantes no ano de 2024. Priorizando sempre a segurança das pessoas e colocando a vida em primeiro lugar, anunciamos, mais uma vez, o marco de zero acidente com afastamento nas usinas em operação, tanto próprias quanto consórcios. Atingimos a marca de 6.371,32 GWh em geração bruta de energia elétrica renovável, sendo 5.531,57 GWh provenientes dos ativos hidrelétricos e 839,74 GWh dos ativos eólicos. Destacamos o índice de disponibilidade ID 60, que continuou a superar os valores de referência estabelecidos para todos os ativos hídricos da Aliança, alcançando um valor ponderado superior a 97% para todo o portfólio.

Ainda no campo operacional, concluímos a entrada em operação comercial plena, em julho de 2024, do Complexo Eólico Acauã, localizado no estado do Rio Grande do Norte. Um importante marco na história da Aliança, que acrescenta 109,2 MW em capacidade instalada e contribui para a diversificação das fontes energéticas de nosso parque gerador.

Alteração da estrutura societária

No dia 27 de março de 2024 nossas acionistas celebraram contrato de aquisição pela Vale S.A. da totalidade da participação na Aliança de 45% pertencente à Cemig Geração e Transmissão S.A. Em 13 de agosto de 2024 a transação foi concluída e passamos a ter a acionista Vale S.A. como controladora exclusiva, com 100% de participação no capital social da Aliança.

Destaques dos resultados financeiros

Do ponto de vista dos resultados financeiros consolidados, registramos uma receita líquida de R\$1,3 bilhão. Nossos esforços na estratégia de comercialização de energia e em eficiência operacional foram determinantes para alcançarmos o robusto resultado operacional, medido pelo EBITDA, de R\$789 milhões e o lucro líquido de R\$ 266 milhões. Os resultados também refletem um efeito material não recorrente de R\$173 milhões, referente ao reconhecimento de despesas com contingências das acionistas, relacionadas a causas com fato gerador anterior ao aporte de ativos na constituição Aliança. Desconsiderado esse efeito não recorrente, alcançaríamos o maior EBITDA histórico da Aliança, R\$962 milhões, e margem EBITDA superior a 72%.

De forma a chancelar a saúde financeira da Aliança, obtivemos mais uma vez o reconhecimento da agência de classificação de riscos, Fitch Ratings, que atribuiu nota máxima ao nosso rating corporativo na escala nacional – AAA(bra)/Estável. Os fundamentos que sustentaram essa decisão da agência incluem o sólido perfil de negócios, a robusta carteira de clientes, diversificação e menor risco hidrológico, fluxos de caixa livre positivos e uma estrutura de capital conservadora.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Aliança Geração de Energia S.A.

Belo Horizonte- MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aliança Geração de Energia S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança Geração de Energia S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Aliança Geração de Energia S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de energia elétrica gerada e não faturada	
Veja a Nota nº 2.5 e nº 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As receitas de energia elétrica nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são reconhecidas com base na energia comercializada e nos preços especificados nos termos contratuais ou vigentes no mercado.</p> <p>A energia comercializada ainda não faturada é estimada com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos, considerando premissas para mensurar o preço da energia e dados que envolvem a quantidade comercializada e o período entre o último faturamento e o final de cada mês.</p> <p>O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliar o desenho e a implementação de controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento e mensuração da receita, bem como a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia.- Conferir se o preço de energia e as quantidades estimadas estão de acordo com os relatórios de energia gerados emitidos em Janeiro/2025 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), referente ao mês de Dezembro/2024.- Inspecionar todas as notas fiscais emitidas em Janeiro de 2025 e confrontar com a receita de energia gerada e não faturada, provisionada em Dezembro de 2024.- Analisar se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e considerar todas as informações relevantes. <p>Desta forma, com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima summarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 19. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de Março de 2025

KPMG Auditores Independentes
Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-MG

Poliana S. Rodrigues
Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	253.237	270.672	440.472	381.823
Aplicações financeiras	4	154.035	82.248	154.086	92.836
Contas a receber	5	139.112	133.927	163.358	151.967
Estoques		12.392	8.480	15.224	9.587
Tributos a recuperar		2.063	3.887	3.757	6.647
Dividendos a receber	19	30.565	27.794	-	-
Outros valores a receber		5.562	13.238	9.170	16.281
Total do ativo circulante		596.966	540.246	786.067	659.141
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	31.922	15.419
Tributos a recuperar		-	-	621	1.583
Depósitos vinculados a litígios	14.b	8.610	7.120	9.203	7.640
Outros valores a receber de partes relacionadas	19	-	165.885	-	165.977
Outros valores a receber		6.339	2.841	6.339	2.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	-	-	1.030	915
Realizável a longo prazo		14.949	175.846	49.115	194.375
Investimento	6	1.730.921	1.660.435	-	-
Imobilizado	7	1.220.355	1.250.695	2.972.424	2.998.838
Intangível	8	568.399	607.056	600.390	649.326
Total do ativo não circulante		3.534.624	3.694.032	3.621.929	3.842.539
Total do ativo		4.131.590	4.234.278	4.407.996	4.501.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	35.477	42.108	86.680	76.371
Salários e encargos a pagar		16.783	16.311	16.782	16.312
Tributos e contribuições sociais a recolher		12.390	10.172	13.737	11.560
Tributos a recolher sobre o lucro	10	100.320	98.565	102.392	99.325
Concessões a pagar	11	41.047	41.037	41.047	41.037
Financiamentos e debêntures	12	87.141	101.749	100.706	114.206
Arrendamentos		1.612	1.374	4.963	3.245
Encargos regulatórios a recolher		7.737	6.149	7.821	6.205
Provisão para compromissos futuros	13	18.649	18.360	20.432	21.524
Dividendos a pagar	15.a	128.016	186.423	128.016	186.423
Outros passivos		9.150	11.783	9.199	11.905
Total do passivo circulante		458.322	534.031	531.775	588.113
NÃO CIRCULANTE					
Concessões a pagar	11	198.496	217.446	198.496	217.446
Financiamentos e debêntures	12	1.081.305	1.068.240	1.237.105	1.235.577
Arrendamentos		3.270	1.521	32.603	20.037
Encargos regulatórios a recolher		5.139	676	5.139	676
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	260.169	296.994	260.249	296.994
Provisão para compromissos futuros	13	90.602	82.454	108.342	109.921
Provisões para processos judiciais	14	176.382	175.011	176.382	175.011
Total do passivo não circulante		1.815.363	1.842.342	2.018.316	2.055.662
Total dos passivos		2.273.685	2.376.373	2.550.091	2.643.775
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	15				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Total do patrimônio líquido		1.857.905	1.857.905	1.857.905	1.857.905
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.131.590	4.234.278	4.407.996	4.501.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	16	1.117.631	1.148.435	1.329.055	1.289.545
CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(380.404)	(480.924)	(536.631)	(573.058)
LUCRO BRUTO		737.227	667.511	792.424	716.487
Despesas gerais e administrativas	17.b	(216.903)	(45.323)	(217.901)	(54.237)
Outras (despesas) receitas operacionais	17.b	1.555	2.478	195	(666)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	38.692	22.354	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(176.656)	(20.491)	(217.706)	(54.903)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCIERO E IMPOSTOS		560.571	647.020	574.718	661.584
Receitas financeiras	18	44.176	50.635	62.459	64.079
Despesas financeiras	18	(219.570)	(169.964)	(240.319)	(190.712)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	385.177	527.691	396.858	534.951
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(155.985)	(153.252)	(167.702)	(160.821)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	36.824	(17.980)	36.860	(17.671)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.d	266.016	356.459	266.016	356.459
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.d	0,21	0,28	0,21	0,28
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	266.016	356.459	266.016	356.459
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	266.016	356.459	266.016	356.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	1.291.488	566.417	181.084	-	2.038.989
Lucro líquido do exercício	15.d	-	-	-	356.459
Dividendos distribuídos	15.a	-	-	(181.084)	-
Dividendos pagos antecipadamente	15.a	-	-	-	(170.036)
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(186.423)
Em 31 de dezembro de 2023	1.291.488	566.417	-	-	1.857.905
Lucro líquido do exercício	15.d	-	-	-	266.016
Dividendos pagos antecipadamente	15.a	-	-	-	(138.000)
Dividendos obrigatórios	15.a	-	-	-	(128.016)
Em 31 de dezembro de 2024	1.291.488	566.417	-	-	1.857.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	266.016	356.459	266.016	356.459
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	7 e 8	132.839	131.187	214.366
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	7 e 8	5.113	272	17.022
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	(38.692)	(22.354)	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		214.940	167.795	235.472
Imposto de renda e contribuição social		119.161	171.232	130.842
Indenização de sinistros	17.a	8.997	-	8.997
Amortização do juros capitalizados		5.549	3.575	-
Provisões para processos judiciais	17.b	167.174	3.151	167.174
	881.097	811.317	1.039.889	913.753
Variação de ativos e passivos				
Contas a receber		(5.185)	(14.360)	(11.391)
Tributos a recuperar		(73.952)	826	(77.199)
Depósitos judiciais		1.993	736	1.993
Outros ativos		(8.649)	7.989	(10.847)
Fornecedores		(19.724)	(10.887)	(42.138)
Salários e encargos a pagar		472	-	470
Tributos e contribuições sociais		66.078	(10.460)	68.050
Outros passivos		3.417	(4.799)	3.373
	(35.550)	(30.955)	(67.689)	(34.446)
Caixa gerado pelas operações	845.547	780.362	972.200	879.307
Imposto de renda e contribuição social pagos		(142.314)	(49.609)	(149.457)
Provisão para compromissos futuros pagos	13	(15.463)	(15.774)	(17.384)
Juros pagos	12	(71.254)	(47.239)	(85.750)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	616.516	667.740	719.609	750.420
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições no imobilizado e no intangível	7 e 8	(37.967)	(35.314)	(74.063)
Aumento/Integralização de capital em controladas	6	(38.973)	(272.918)	-
Dividendos recebidos	6.a	9.125	12.859	-
Novas aplicações financeiras		(1.303.309)	(1.934.949)	(1.699.393)
Resgates de aplicações financeiras		1.231.522	1.879.073	1.621.640
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(139.602)	(351.249)	(151.816)	(378.540)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de financiamentos e debêntures	12	(51.855)	(41.840)	(64.087)
Pagamentos de arrendamentos		(1.489)	(1.554)	(4.052)
Pagamento de concessões	11	(116.582)	(121.404)	(116.582)
Pagamento de dividendos	15.a	(324.423)	(632.529)	(324.423)
Financiamentos obtidos	12	-	329.319	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(494.349)	(468.008)	(509.144)	(481.060)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(17.435)	(151.517)	58.649
No início do período	3	270.672	422.189	381.823
No fim do período	3	253.237	270.672	440.472
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(17.435)	(151.517)	58.649
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR				
Receitas	1.293.477	1.315.698	1.511.964	1.482.330
Venda de energia	16	1.280.948	1.314.122	1.510.749
Investimentos em imobilizado e intangível		10.266	-	-
Outras receitas		2.263	1.576	1.215
Insumos adquiridos de terceiros	(125.327)	(235.437)	(180.042)	(265.828)
Custos com aquisição de energia para revenda	17.a	(72.499)	(167.647)	(98.660)
Repasso da repactuação do risco hidrológico	17.a	34.297	7.940	34.297
Serviços de Terceiros		(83.556)	(72.442)	(112.130)
Materiais		(3.569)	(3.288)	(3.549)
Outros custos operacionais:	(315.956)	(135.515)	(338.499)	(154.152)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	17.a/b	(74.119)	(69.205)	(91.469)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	16.b	(29.306)	(26.174)	(29.306)
Encargos regulatórios		(15.935)	(15.862)	(16.947)
Contingências		(148.755)	-	(148.771)
Outros		(47.841)	(24.274)	(52.006)
Valor adicionado bruto	852.194	944.746	993.423	1.062.350
Retenções				
Depreciação e amortização	7 e 8	(132.839)	(131.187)	(214.366)
Valor adicionado líquido	719.355	813.559	779.057	877.155
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	38.692	22.354	-
Receitas financeiras	18	44.176	50.635	62.459
Valor adicionado a distribuir	802.223	886.548	841.516	941.234
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	63.224	60.342	63.254	60.472
Remuneração direta		49.380	47.334	49.380
Benefícios		11.530	10.749	11.560
FGTS		2.314	2.259	2.314
Impostos, taxas e contribuições	239.571	296.742	267.593	328.502
Federais		239.324	292.694	260.853
Estaduais		77	3.893	6.549
Municipais		170	155	191
Remuneração de capitais de terceiros	233.412	173.005	244.653	195.801
Juros		226.222	169.581	236.568
Aluguéis		3.576	2.755	4.334
Outras despesas financeiras		3.614	669	3.751
Remuneração de capitais próprios	266.016	356.459	266.016	356.459
Dividendos distribuídos	15.a	266.016	356.459	266.016
Valor adicionado distribuído	802.223	886.548	841.516	941.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de então seus acionistas, Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

No dia 27 de março de 2024, a Vale celebrou o contrato para aquisição da totalidade da participação de 45% da Cemig GT na Aliança. A conclusão da transação ocorreu em agosto de 2024, resultando na transferência integral da participação acionária da Cemig Geração e Transmissão S.A. para Vale S.A. A partir do dia 13 de agosto de 2024 a Vale S.A. detém a totalidade das ações emitidas pela Aliança, sem alteração na estrutura de capital e nas operações da Companhia.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.701,3 MW. Desse total, (i) 1.422 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 774 MW médios, e (ii) 279,3 MW por meio de participações em 8 Centrais Eólicas com garantia física de 126,8 MW médios. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 6 - Investimentos.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas hidrelétricas e centrais eólicas:

Empreendimento (Usinas Hidrelétricas)	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW) ¹	Energia assegurada (MW médios)	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	80	Mai/40
Eliezer Batista (“Aimorés”)	100%	Aimorés	Doce	330	173	Nov/39
Amador Aguiar (“Consórcio Capim Branco”) ¹						
Amador Aguiar I (“Capim Branco I”)	87,36%	Araguari	Araguari	240	147	Nov/42
Amador Aguiar I (“Capim Branco II”)	87,36%	Araguari	Araguari	210	125	Abr/42 ²
Porto Estrela (“Consórcio de Porto Estrela”) ¹	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	59	Jul/32
Igarapava (“Consórcio de Igarapava”) ¹	52,65%	Conquista	Grande	210	128	Set/31
Risoleta Neves (“Consórcio de Candonga”) ¹	50,00%	Rio Doce	Doce	140	62	Dez/38

¹ Os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada do consórcio.

² Repactuação do ACR finalizada. Processo ANEEL da Repactuação ACL em andamento, os cálculos a serem homologados estão aguardando decisão de diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Empreendimento (Centralas Eólicas)	Participação Aliança	Estado	Município	Capacidade Instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)	Vencimento da Autorização
Parque Eólico Santo Inácio (CESI)						
São Raimundo	100%	Ceará	Icapuí	23,10	11,20	Mai/2051
Santo Inácio III	100%	Ceará	Icapuí	29,40	13,60	Mai/2051
Garrote	100%	Ceará	Icapuí	23,10	10,50	Mai/2051
Santo Inácio IV	100%	Ceará	Icapuí	23,10	10,70	Mai/2051
Gravier	100%	Ceará	Icapuí	71,40	28,10	Ago/2055
Parque Eólico Acauãs						
Acauã I	100%	Rio Grande do Norte	Santana do Matos	46,20	23,80	Abr/2055
Acauã II	100%	Rio Grande do Norte	Santana do Matos	46,20	21,30	Abr/2055
Acauã III	100%	Rio Grande do Norte	Santana do Matos, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz	16,80	7,60	Fev/2055

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP”).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras individuais (BC 22 item C do IAS 23 – *Borrowing Costs*).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 07 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e autorizaram a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 | Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas Garrote, São Raimundo, Santo Inácio III, Santo Inácio IV, Acauã I, Acauã II, Acauã III e Gravier, em conjunto denominadas de “Grupo”, na mesma data base da Companhia. Para mais detalhes sobre a estrutura societária do Parque Eólico Santo Inácio, Gravier e Acauã, vide Nota Explicativa nº 6 - Investimentos.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados que serão realizados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7 e 8 - Depreciação e amortização** - taxa de depreciação: vida útil dos ativos;
- **Nota 7 e 8 - Recuperabilidade dos ativos** - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 11 - Concessões a pagar** - atualização monetária: risco de inflação da premissa utilizada;
- **Notas 9, 13 e 14 - Provisões** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 5 e 16 - Fornecimento/suprimento não faturado de energia elétrica** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento.

2.6 | Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis e estimativas materiais aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados.

a. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar às suas demonstrações financeiras para fins de IFRS, pois não é uma demonstração obrigatória.

b. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

A Companhia mantém planos de contribuição definida, cujas contribuições são reconhecidas no resultado quando incorridas e não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

2.7 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024. A administração da Companhia concluiu que para as normas abaixo, não tivemos impactos práticos materiais nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- Acordos de financiamento de fornecedores ("risco sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7);

Adicionalmente, algumas outras normas, alterações e interpretações contábeis foram emitidas recentemente, porém, ainda não estão em vigor ou não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes.

- Ausência de conversibilidade (alteração ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7); e
- Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (CPC 26/IFRS 18).

2.8 | Informações por segmentos

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de geração e venda de energia, e seu desempenho é avaliado como um único segmento de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelos gestores da Companhia e suas demonstrações do resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que suas demonstrações do resultado, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e contas bancárias	2.864	2.685	2.864	2.685
Recursos mantidos em aplicações financeiras	250.373	267.987	437.608	379.138
	253.237	270.672	440.472	381.823

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 98% e 115% em 31 de dezembro de 2024 (99% e 115% em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação.

Para mais detalhes sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 20 – Instrumentos financeiros.

Política contábil

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao custo amortizado na data das demonstrações financeiras.

4 | Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Certificados de depósitos bancários - CDB ¹	154.035	82.248	154.086	83.550
Fundo de investimentos em cotas	-	-	-	9.286
Fundo de investimentos em cotas - FIC (caixa restrito) ²	-	-	31.922	15.419
	154.035	82.248	186.008	108.255
Ativo circulante	154.035	82.248	154.086	92.836
Ativo não circulante	-	-	31.922	15.419
	154.035	82.248	186.008	108.255

Administração não espera utilizar esses recursos financeiros, mantidos no circulante e não circulante, para atender compromissos operacionais de curto prazo (próximos três meses) e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

¹ Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que variaram entre 98% e 115% em 31 de dezembro de 2024 (85% e 115% em 31 de dezembro 2023) conforme definido na contratação de cada operação.

² Os fundos de investimentos são compostos por cotas pós-fixadas, vinculadas a aplicações em fundos de renda fixa, títulos públicos e outros. A rentabilidade média ponderada em cada carteira equivale a 97,47% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (97,83% do CDI em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação. O montante aplicado no fundo de investimento é mantido como caixa restrito para atender compromissos operacionais vinculados ao Finem BNDES.

Política contábil

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Eles devem atender a estes parâmetros: (i) patrimônio líquido de no mínimo R\$1 bilhão; e (ii) rating no mínimo equivalente a BBB-, em escala nacional.

Para mais detalhes sobre a Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros, risco de crédito e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 20 - instrumentos financeiros.

5 | Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Industrial ou equivalente	65.351	65.734	81.682	76.453
Suprimento a outras concessionárias	67.499	67.699	73.386	70.163
Câmara de comercialização de energia elétrica	6.045	-	8.255	5.316
Outros valores a receber	217	494	35	35
	139.112	133.927	163.358	151.967

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo do contas a receber da Companhia possuía títulos a vencer inferiores a 60 dias. Além disso, não possuímos títulos vencidos e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

Política contábil

Contas a receber representam os valores a receber pela venda de energia da Companhia. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência.

Impairment

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Para mais detalhes sobre a política do contas a receber vejam as notas nº 20 - Instrumentos financeiros e nº 16 - Receita líquida.

6 | Investimentos

a. MOVIMENTAÇÃO DOS SALDOS DA CONTROLADORA

	CONTROLADORA						
	31/12/2023	Aumento de Capital/AFAC	Adição	Amortização	Resultado do exercício	Dividendos a receber (i/ii)	31/12/2024
Garrote	73.750	-	-	-	6.344	(1.507)	78.587
Santo Inácio III	88.478	-	-	-	5.521	(1.310)	92.689
São Raimundo	104.404	-	-	-	5.744	(784)	109.364
Santo Inácio IV	73.579	-	-	-	7.654	(1.822)	79.411
Acauã I	275.874	25.205	-	-	(4.055)	-	297.024
Acauã II	296.460	3.767	-	-	6.387	-	306.614
Acauã III	149.341	10.001	-	-	(874)	-	158.468
Gravier	415.922	-	-	-	12.266	(6.473)	421.715
Mais valia CESI	8.093	-	-	(295)	-	-	7.798
Juros capitalizados	174.534	-	10.266	(5.549)	-	-	179.251
	1.660.435	38.973	10.266	(5.844)	38.987	(11.896)	1.730.921

	CONTROLADORA						
	31/12/2022	Aumento de Capital/AFAC	Adição	Amortização	Resultado do exercício	Dividendos a receber	31/12/2023
Garrote	69.210	-	-	-	5.954	(1.414)	73.750
Santo Inácio III	83.857	-	-	-	6.061	(1.440)	88.478
São Raimundo	102.372	-	-	-	2.390	(358)	104.404
Santo Inácio IV	68.693	-	-	-	6.407	(1.521)	73.579
Acauã I	139.305	142.386	-	-	(5.817)	-	275.874
Acauã II	199.987	101.641	-	-	(5.168)	-	296.460
Acauã III	122.767	26.202	-	-	372	-	149.341
Gravier	401.968	2.689	-	-	12.452	(1.187)	415.922
Mais valia CESI	8.390	-	-	(297)	-	-	8.093
Juros capitalizados	148.102	-	30.007	(3.575)	-	-	174.534
	1.344.651	272.918	30.007	(3.872)	22.651	(5.920)	1.660.435

Dividendos recebidos

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, a destinação do resultado do exercício de 2023 das Centrais Eólicas foi realizada conforme prevê o Estatuto Social de cada Companhia, sendo 25% (vinte e cinco por cento) designado como dividendos mínimos obrigatórios. Entretanto, em março de 2024, o Conselho de Administração aprovou uma nova proposta de destinação do resultado do exercício de 2023, impactando a Central Eólica Gravier e Central Eólica São Raimundo, conforme relacionado abaixo:

- i. Anteriormente a Central Eólica Gravier aprovou a destinação de dividendos de R\$1.187, todavia em março de 2024, o conselho aprovou a proposta de R\$4.749, destinando R\$3.562 de dividendos referente ao exercício de 2023 no período de 2024;
- ii. Em São Raimundo, o saldo proposto para dividendos foi de R\$358, porém em março de 2024 foi aprovada a realocação deste saldo para reserva de retenção de lucros.

Durante o exercício de 2024, a Aliança recebeu dividendos das Centrais Eólicas de Santo Inácio R\$9.125 (R\$12.859 em 2023), veja abaixo a distribuição de dividendos recebidos no exercício por Central Eólica:

	CONTROLADORA	
	31/12/2024	31/12/2023
Garrote	1.414	3.409
Santo Inácio III	1.439	4.042
São Raimundo	-	1.639
Santo Inácio IV	1.523	3.769
Gravier	4.749	-
	9.125	12.859

b. CONCILIAÇÃO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DA CONTROLADORA

	CONTROLADORA	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	38.987	22.651
Amortização da mais valia CESI	(295)	(297)
Resultado da equivalência patrimonial	38.692	22.354

Valores capitalizados CESI e Gravier

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio e Central Eólica Gravier. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento durante o período de construção das Usinas nas demonstrações financeiras da controladora enquanto no consolidado estes montantes são capitalizados no imobilizado.

Centrais Eólicas	Início da amortização	Amortização acumulada em 31/12/2024	Amortização acumulada em 31/12/2023
Parque Eólico Santo Inácio (CESI) ¹	Dez/2017	15.988	13.883
Gravier	Dez/2022	2.644	1.322
Acauã I	Jul/2024	636	-
Acauã II	Jan/2024	1.041	-
Acauã III	Out/2023	593	148
		20.902	15.353

¹ O Parque Eólica Santo Inácio é composto pelas Centrais Eólicas São Raimundo, Santo Inácio III, Garrote e Santo Inácio IV.

Mais valia CESI

A Companhia reconhece no seu investimento o montante líquido de R\$7.798 em 31 de dezembro de 2024 (R\$8.093 em 31 de dezembro de 2023) referente ao projeto aportado pelo acionista.

c. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as Companhias abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais e de resultado das controladas são apresentados como seguem:

	31/12/2024						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido	Receita líquida
Garrote.	29.502	99.310	12.307	37.918	78.587	6.344	22.176
Santo Inácio III.	29.261	129.291	14.713	51.150	92.689	5.521	26.194
São Raimundo	27.876	140.887	11.346	48.053	109.364	5.744	25.204
Santo Inácio IV	31.328	98.689	12.745	37.861	79.411	7.654	23.168
Acauã I.	10.567	314.762	19.793	8.512	297.024	(4.055)	21.694
Acauã II	16.736	306.819	9.237	7.704	306.614	6.387	35.187
Acauã III	18.901	146.300	3.013	3.720	158.468	(874)	12.430
Central Eólica Gravier S.A.	58.620	395.116	23.942	8.079	421.715	12.266	47.512

	31/12/2023						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido	Receita líquida
Garrote	29.921	96.408	11.390	41.189	73.750	5.954	21.086
Santo Inácio III	34.020	123.837	13.841	55.538	88.478	6.061	26.152
São Raimundo	29.774	136.137	9.525	51.982	104.404	2.390	20.787
Santo Inácio IV	31.430	95.566	12.289	41.128	73.579	6.407	21.524
Acauã I	251	284.152	1.585	6.944	275.874	(5.817)	60
Acauã II	2.228	315.251	14.065	6.954	296.460	(5.168)	2.178
Acauã III	3.747	150.958	2.797	2.567	149.341	372	5.957
Gravier	34.363	410.915	19.156	10.200	415.922	12.452	44.816

Operação comercial

Empreendimento (Centrais Eólicas)	Operação comercial plena	Despacho autorização	Nº de Aerogeradores	Capacidade Instalada total (MW)
Parque Eólico Santo Inácio (CESI)				
São Raimundo	01/12/2017	4.040	11	23,10
Santo Inácio III	05/12/2017	4.070	14	29,40
Garrote	01/12/2017	4.039	11	23,10
Santo Inácio IV	05/12/2017	4.069	11	23,10
Gravier	30/12/2022	3.724	17	71,40
Parque Eólico Acauãs				
Acauã I	05/07/2024	2.002	11	46,20
Acauã II	23/12/2023	5.087	11	46,20
Acauã III	28/08/2023	3.161	4	16,80

Política contábil

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, estes investimentos são inicialmente registrados pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro, prejuízo ou outros resultados abrangentes da controlada.

7 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2022	110.515	1.044.180	274.188	1.113.282	2.198	53.340	2.597.703
Adições	3.173	-	-	3	-	32.165	35.341
Baixas	(1.594)	-	-	(394)	-	(49)	(2.037)
Transferência	-	-	-	8.871	12	(8.883)	-
Em 31/12/2023	112.094	1.044.180	274.188	1.121.762	2.210	76.573	2.631.007
Adições	3.497	-	3.256	9.109	-	38.365	54.227
Baixas	(1.912)	-	(5.013)	(7.754)	-	(102)	(14.781)
Transferência	-	601	288	14.944	84	(15.917)	-
Em 31/12/2024	113.679	1.044.781	272.719	1.138.061	2.294	98.919	2.670.453
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2022	(40.268)	(514.932)	(142.124)	(601.076)	(1.152)	(4.215)	(1.303.767)
Adições	(4.153)	(31.291)	(9.527)	(32.949)	(75)	(352)	(78.347)
Baixas	1.601	-	-	201	-	-	1.802
Em 31/12/2023	(42.820)	(546.223)	(151.651)	(633.824)	(1.227)	(4.567)	(1.380.312)
Adições	(4.365)	(31.324)	(9.527)	(33.810)	(76)	(352)	(79.454)
Baixas	278	-	5.012	4.378	-	-	9.668
Em 31/12/2024	(46.907)	(577.547)	(156.166)	(663.256)	(1.303)	(4.919)	(1.450.098)
Valor líquido							
Em 31/12/2023	69.274	497.957	122.537	487.938	983	72.006	1.250.695
Em 31/12/2024	66.772	467.234	116.553	474.805	991	94.000	1.220.355
Taxa média de depreciação	3,87%	3,00%	3,48%	2,99%	3,37%	0,40%	3,00%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2022	128.387	1.043.732	298.091	1.732.495	12.582	1.013.084	4.228.371
Adições	9.692	-	-	3	5.980	335.961	351.636
Baixas	(1.848)	-	-	(393)	(737)	(318)	(3.296)
Transferência	-	-	12.808	438.952	50	(451.810)	-
Em 31/12/2023	136.231	1.043.732	310.899	2.171.057	17.875	896.917	4.576.711
Adições	16.939	-	3.256	9.109	-	112.006	141.310
Baixas	(4.042)	-	(5.013)	(7.754)	(5.107)	(102)	(22.018)
Transferência	-	601	(3.538)	296.576	3.079	(296.718)	-
Em 31/12/2024	149.128	1.044.333	305.604	2.468.988	15.847	712.103	4.696.003
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2022	(41.970)	(514.932)	(146.385)	(737.702)	(2.604)	(5.076)	(1.448.669)
Adições	(4.898)	(31.291)	(10.403)	(83.506)	(317)	(591)	(131.006)
Baixas	1.601	-	-	201	-	-	1.802
Em 31/12/2023	(45.267)	(546.223)	(156.788)	(821.007)	(2.921)	(5.667)	(1.577.873)
Adições	(5.347)	(31.324)	(10.832)	(108.592)	(705)	(557)	(157.357)
Baixas	1.653	-	5.012	4.378	608	-	11.651
Em 31/12/2024	(48.961)	(577.547)	(162.608)	(925.221)	(3.018)	(6.224)	(1.723.579)
Valor líquido							
Em 31/12/2023	90.964	497.509	154.111	1.350.050	14.954	891.250	2.998.838
Em 31/12/2024	100.167	466.786	142.996	1.543.767	12.829	705.879	2.972.424
Taxa média de depreciação	3,75%	3,00%	3,51%	4,68%	4,15%	0,07%	3,39%

- (a)** Terrenos vinculados aos contratos de concessão não possuem previsão de indenização e são depreciados de acordo com o período da concessão. E para o consolidado, a Companhia e suas controladas possuem terrenos arrendados que são depreciados conforme os contratos de arrendamento.

O imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R\$4.626 em 31 de dezembro 2024 (R\$2.588 em 31 de dezembro de 2023) relacionados a imóveis arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento.

- (b)** A depreciação apresentada no imobilizado em curso é referente as peças sobressalentes.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$179.251 em 31 de dezembro 2024 (R\$174.534 em 31 de dezembro 2023). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento. Para mais detalhes em relação aos juros capitalizados vide nota explicativa nº 6 - Investimentos.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Como toda a geração hidráulica da Companhia ocorrem em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão, uma vez que existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão.

Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado, dentro do grupo “Outros” (consolidado), a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus Complexos Eólicos de Santo Inácio, Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauãs, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos das autorizações de operações. Em 31 de dezembro de 2024, o montante líquido registrado é de R\$6.252 (R\$11.123 em 31 de dezembro de 2023).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 13 - Provisão para compromissos futuros.

Consórcios

A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado. Os ativos, passivos, receitas e despesas dos consórcios (entidades sem personalidade jurídica) sobre os quais a Companhia participa são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, com base nas respectivas participações nos consórcios.

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Companhia. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado. Os investimentos acumulados, por empreendimento, para a controladora e consolidado, são como segue:

Descrição	Participação na Energia Gerada	EM SERVIÇO		EM CURSO	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
UHE Amador Aguiar	87,37%	420.400	443.280	17.874	11.184
UHE Risoleta Neves	50,00%	57.370	61.293	15.159	12.929
UHE Porto Estrela	66,67%	26.244	29.617	10.572	9.674
UHE Igarapava	52,65%	44.955	51.689	4.612	3.511
		548.969	585.879	48.217	37.298

Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Depreciação

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil econômica estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, há incertezas quanto indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – Impairment

A Companhia avalia, em todo reporte, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil. Para 2024 e 2023, não foram identificados triggers de *impairment* no imobilizado e intangível.

8 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2022	131.545	151.961	1.131	2.163	502.176	161	789.137
Adições	2.175	-	-	-	-	24	2.199
Baixas	(25.671)	-	-	-	-	(37)	(25.708)
Transferências	-	-	-	24	-	(24)	-
Em 31/12/2023	108.049	151.961	1.131	2.187	502.176	124	765.628
Adições	14.640	-	-	-	-	88	14.728
Baixas	(28.389)	-	-	(514)	-	-	(28.903)
Transferências	-	-	-	88	-	(88)	-
Em 31/12/2024	94.300	151.961	1.131	1.761	502.176	124	751.453
Amortização acumulada							
Em 31/12/2022	(25.671)	(62.438)	(399)	(1.630)	(41.265)	-	(131.403)
Adições	(13.915)	(8.074)	(39)	(170)	(30.642)	-	(52.840)
Baixas	25.671	-	-	-	-	-	25.671
Em 31/12/2023	(13.915)	(70.512)	(438)	(1.800)	(71.907)	-	(158.572)
Adições	(14.474)	(8.074)	(39)	(155)	(30.643)	-	(53.385)
Baixas	28.389	-	-	514	-	-	28.903
Em 31/12/2024	-	(78.586)	(477)	(1.441)	(102.550)	-	(183.054)
Valor líquido							
Em 31/12/2023	94.134	81.449	693	387	430.269	124	607.056
Em 31/12/2024	94.300	73.375	654	320	399.626	124	568.399
Taxa média de amortização	14,31%	5,31%	3,45%	7,85%	6,10%	-	7,04%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Direito de uso do bem público	Serviço	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2022	28.585	135.229	151.961	3.201	2.212	502.176	336	823.700
Adições	-	13.820	-	400	-	-	24	14.244
Baixas	-	(26.718)	-	-	-	-	(37)	(26.755)
Transferências	-	-	-	-	24	-	(24)	-
Em 31/12/2023	28.585	122.331	151.961	3.601	2.236	502.176	299	811.189
Adições	-	14.640	-	-	-	-	88	14.728
Baixas	-	(38.570)	-	-	(514)	-	-	(39.084)
Transferências	-	-	-	175	88	-	(263)	-
Em 31/12/2024	28.585	98.401	151.961	3.776	1.810	502.176	124	786.833
Amortização acumulada								
Em 31/12/2022	(1.896)	(25.666)	(62.438)	(441)	(1.639)	(41.263)	-	(133.343)
Adições	(453)	(14.792)	(8.074)	(48)	(180)	(30.644)	-	(54.191)
Baixas	-	25.671	-	-	-	-	-	25.671
Em 31/12/2023	(2.349)	(14.787)	(70.512)	(489)	(1.819)	(71.907)	-	(161.863)
Adições	(857)	(17.128)	(8.074)	(142)	(165)	(30.643)	-	(57.009)
Baixas	-	31.915	-	-	514	-	-	32.429
Em 31/12/2024	(3.206)	-	(78.586)	(631)	(1.470)	(102.550)	-	(186.443)
Valor líquido								
Em 31/12/2023	26.236	107.544	81.449	3.112	417	430.269	299	649.326
Em 31/12/2024	25.379	98.401	73.375	3.145	340	399.626	124	600.390
Taxa média de amortização	3,00%	15,52%	5,31%	3,85%	8,16%	6,10%	-	7,13%

Como nas autorizações outorgadas para a Companhia há incerteza quanto a indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Política contábil

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados em todo reporte para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são avaliados, em todo reporte, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

Para detalhes sobre a política de *impairment* do intangível, veja nota nº 7 - Imobilizado em avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – *impairment*.

9 | Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	3.601	15.540	3.601	15.540
Fornecedores de materiais e serviços	27.771	15.505	77.413	49.768
Encargos de uso da rede elétrica	4.105	3.458	4.105	3.458
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	7.605	1.561	7.605
	35.477	42.108	86.680	76.371

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 75 dias em 31 de dezembro de 2024 (48 dias em 31 de dezembro de 2023) para controladora e consolidado. E sobre os saldos não há incidência de juros.

Para detalhes em relação ao fluxo de pagamentos e dos riscos: taxa de câmbio; taxa de juros; elevação da inflação; liquidez; aceleração do vencimento da dívida; crédito; liquidez relacionados a fornecedores e hidrológicos vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

Política contábil

Fornecedores são registrados inicialmente ao seu valor presente com contrapartida em conta específica do resultado. Para mais detalhes sobre a política dos fornecedores veja nota nº 20 - Instrumentos financeiros.

10 | Tributos a recolher sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda	76.203	75.143	77.099	75.069
Contribuição social	24.117	23.422	25.293	24.256
	100.320	98.565	102.392	99.325

10.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

Créditos tributários diferidos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Concessões a pagar (UBP) (a)	19.087	16.342	19.087	16.342
Demais provisões (b)	63.961	13.876	63.839	13.739
Provisões para compromissos futuros (a)	46.539	41.618	47.177	42.210
Redução ao valor recuperável de ativos	3.145	-	3.145	-
Outros	516	433	1.190	1.083
	133.248	72.269	134.438	73.374

Obrigações tributárias diferidas

Juros capitalizados - CPC 20	(70.128)	(69.371)	(70.128)	(69.371)
Concessões a pagar (UBP) (a)	(18.630)	(12.190)	(18.630)	(12.190)
Provisões para compromissos futuros (a)	(43.214)	(41.105)	(43.454)	(41.295)
Repactuação do risco hidrológico	(135.650)	(146.053)	(135.650)	(146.053)
Depreciação fiscal	(125.795)	(100.544)	(125.795)	(100.544)
	(393.417)	(369.263)	(393.657)	(369.453)
	(260.169)	(296.994)	(259.219)	(296.079)
Total do ativo	-	-	1.030	915
Total do passivo	(260.169)	(296.994)	(260.249)	(296.994)
	(260.169)	(296.994)	(259.219)	(296.079)

- (a) Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): o Grupo aplicou as alterações que restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, provisões para compromissos futuros e concessões a pagar;
- (b) A variação refere-se, principalmente, aos efeitos da baixa das contingências, anteriormente atribuídas aos acionistas, e que passaram a ser, a partir da aquisição pela Vale, de responsabilidade da Companhia. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 19 - Transações com partes relacionadas.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado do exercício, é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	(296.994)	(279.014)	(296.079)	(278.408)
Débitos alocados às demonstrações de resultados	(15.798)	(17.980)	(15.878)	(17.980)
Créditos alocados às demonstrações de resultados	52.623	-	52.738	309
Saldo no término do exercício	(260.169)	(296.994)	(259.219)	(296.079)

10.2 | Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado no exercício de 2024 e 2023 conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	385.177	527.691	396.858	534.951
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(130.960)	(179.415)	(134.932)	(181.883)

Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:

Resultado de equivalência patrimonial	13.256	7.701	-	-
Depreciação fiscal (baixa de imobilizado)	(1.262)	(724)	(1.262)	(724)
Créditos tributários de exercícios anteriores	-	855	127	855
Diferença regime tributário – Lucro presumido	-	-	4.456	2.389
Incentivo fiscal da sudene	-	-	938	486
Outros	(195)	351	(169)	385
Despesa no resultado	(119.161)	(171.232)	(130.842)	(178.492)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto corrente	(155.985)	(153.252)	(167.702)	(160.821)
Imposto diferido	36.824	(17.980)	36.860	(17.671)
	(119.161)	(171.232)	(130.842)	(178.492)
Alíquota efetiva	31%	32%	33%	33%

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. A provisão para tributos sobre o lucro é calculada individualmente por entidade.

Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas nas diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

Lucro presumido

As controladas da Companhia, com base na sistemática fiscal do lucro presumido, aplicando-se as alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

11 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco e Candonga 5,24% a.a. e Porto Estrela 10,71% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2022	253.512	20.225	1.949	275.686
Efeitos financeiros reconhecidos	95.748	7.909	544	104.201
Amortizações	(112.302)	(8.509)	(593)	(121.404)
Saldo em 31/12/2023	236.958	19.625	1.900	258.483
Efeitos financeiros reconhecidos	89.696	7.455	491	97.642
Amortizações	(107.921)	(8.085)	(576)	(116.582)
Saldo em 31/12/2024	218.733	18.995	1.815	239.543

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante	41.047	41.037
Passivo não circulante	198.496	217.446
	239.543	258.483

- a. Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante para controladora e consolidado são conforme segue:

2026	37.168
2027	33.666
2028	30.496
2029	27.636
2030	25.054
2031 a 2035	38.813
2036 em diante	5.663
	198.496

Política contábil

Corresponde as obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usinas hidrelétricas. Foram registradas inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

12 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures - 2ª emissão (a)	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	69.942	76.807	69.942	76.807
Debêntures - 3ª emissão (a)	15/02/2035	IPCA + 4,00%	R\$	282.019	289.701	282.019	289.701
Debêntures - 4ª emissão (a)	15/08/2035	IPCA + 4,90%	R\$	243.011	242.653	243.011	242.653
Debêntures - 5ª emissão (a)	15/04/2036	IPCA + 6,13%	R\$	247.489	246.895	247.489	246.895
Debêntures - 6ª emissão (a)	15/11/2037	IPCA + 6,14%	R\$	352.992	343.431	352.992	343.431
Finem BNDES (b)	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	172.570	183.350
(-) Custo de transação	-	-	R\$	(27.007)	(29.498)	(30.212)	(33.054)
Total				1.168.446	1.169.989	1.337.811	1.349.783
Classificadas como:							
Passivo circulante				87.141	101.749	100.706	114.206
Passivo não circulante				1.081.305	1.068.240	1.237.105	1.235.577
				1.168.446	1.169.989	1.337.811	1.349.783

a. DEBÊNTURES

As emissões das debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 e a 6ª emissão de debêntures, emitida em 2023, nos termos da resolução nº 160/2022 da Comissão de Valores Mobiliários, todas na forma do artigo 2º da Lei nº12.431/2011 e são não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Debêntures	Data de emissão	Valor	Prazo (anos)	Amortização e pagamento de Juros	Pagamento da 1ª parcela	Especie
2ª Emissão	27/06/2019	77.000	10,5	Semestral	15/06/2020	Garantia real
3ª Emissão	15/02/2021	270.000	14	Semestral	15/02/2022	Quirografária
4ª emissão	18/08/2021	220.000	14	Semestral	15/08/2022	Quirografária
5ª emissão	15/04/2021	240.000	14	Semestral	15/04/2022	Quirografária
6ª emissão	15/11/2023	340.000	14	Semestral	15/11/2024	Quirografária

b. FINEM BNDES

Em 08 de dezembro de 2017 a Companhia, sua subsidiária Aliança Eólica Santo Inácio Participações (“Aliança Eólica”) e as subsidiárias Central Eólica Santo Inácio III, Central Eólica Santo Inácio IV, Central Eólica São Raimundo e Central Eólica Garrote (“SPEs”) assinaram, em conjunto, o Contrato de Financiamento (“Contrato de Financiamento) e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O financiamento era condição prevista no Plano de Negócios do Parque Eólico Santo Inácio, possui volume financeiro de R\$243.500, prazo de pagamento em 16 anos e remuneração definida pela taxa TJLP + 2,48% ao ano.

Foram dados em garantia: (i) penhor da totalidade das ações da Aliança Eólica, (ii) penhor da totalidade das ações das SPEs, (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes dos contratos de compra e venda de energia das SPEs, (iv) cessão fiduciária de quaisquer outros direitos e/ou receitas das SPEs, (v) cessão fiduciária dos créditos que venham a ser depositados nas contas centralizadoras das SPEs e da Aliança Eólica, (vi) cessão fiduciária dos direitos emergentes da

autorização das SPEs dada pela Aneel, (vii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento, supervisão, montagem e comissionamento dos aerogeradores, (viii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de operação e manutenção do Parque Eólico Santo Inácio, (ix) penhor das máquinas e equipamentos das SPEs e, (x) prestação de fiança corporativa da Companhia, responsabilizando-se solidariamente pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas até a liquidação total do contrato de financiamento.

Dentre as obrigações assumidas, comuns a este tipo de contrato, destaca-se a manutenção por parte das SPEs do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em um nível igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido e assegurado anualmente com base nos valores apurados nas demonstrações financeiras dos últimos doze meses. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, as SPEs incorrerão em aumento do número de parcelas retidas nas contas reserva do serviço da dívida, que passarão de três vezes para seis vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES.

Os compromissos estabelecidos nos contratos de financiamento e debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024.

1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e ao Contrato de Cessão

Em 31 de maio de 2019 foi assinado o 1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e o 1º Aditivo ao Contrato de Cessão que, dentre outras medidas, autorizou: (i) a incorporação da Aliança Eólica pela Aliança Geração; (ii) a redistribuição de obrigações da Aliança Eólica; (iii) a redistribuição de garantias relacionadas à Aliança Eólica; e (iv) a postergação do prazo máximo da emissão de debêntures previstas nos contratos.

2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, Contrato de Penhor de Ações (“Contrato de Penhor de Ações”) e Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos (“Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos”)

Em 28 de junho de 2019 foram assinados o 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, o 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, o Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Penhor de Equipamentos, junto ao BNDES e a Simplific Pavarini (com exceção do 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento), sendo atribuído, dentre outras questões, a desconstituição e a constituição de garantias com vistas a permitir a extensão desses direitos em favor dos debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Aliança, representados pelo Agente Fiduciário.

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2022	844.692	1.033.480
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	329.319	329.319
Encargos financeiros	85.057	102.588
Amortização do principal	(41.840)	(53.032)
Amortização de juros	(47.239)	(62.572)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.169.989	1.349.783
Encargos financeiros	121.566	137.865
Amortização do principal	(51.855)	(64.087)
Amortização de juros	(71.254)	(85.750)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.168.446	1.337.811

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/12/2024	31/12/2023
TJLP	7,43	6,55%
IPCA	4,83%	4,62%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2026	146.505	160.967
2027	102.389	118.075
2028	61.870	78.884
2029	79.845	101.778
2030	103.070	125.003
2031 a 2035	477.949	542.724
2036 a 2037	109.677	109.674
Total do passivo não circulante	1.081.305	1.237.105

c. COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants) anuais.

Essas cláusulas restritivas, são baseadas na demonstração financeira, onde o índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA deve ser inferior ou igual a 3,5. O índice obtido em 31 de dezembro de 2024 é inferior ao citado parâmetro.

Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. Para mais detalhes sobre a política dos passivos financeiros veja nota nº 20 - Instrumentos financeiros.

13 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	Aimorés	Candonga	Capim Branco	Funil	Igarapava	Porto Estrela	Controladora	Centrais Eólicas (a)	Consolidado
Em 31/12/2022	74.348	919	5.099	14.762	2.804	6.488	104.420	14.762	119.182
Adições / (Baixas)	(10.376)	754	1.863	(1.027)	334	10.627	2.175	15.838	18.013
Pagamentos	(10.476)	(287)	(648)	(3.586)	(568)	(209)	(15.774)	(932)	(16.706)
Atualização	7.080	84	488	1.452	268	621	9.993	963	10.956
Em 31/12/2023	60.576	1.470	6.802	11.601	2.838	17.527	100.814	30.631	131.445
Adições / (Baixas)	20.739	(269)	3.636	1.270	327	(11.064)	14.639	(11.322)	3.317
Pagamentos	(9.285)	(1.047)	(696)	(3.464)	(710)	(261)	(15.463)	(1.921)	(17.384)
Atualização	5.531	131	625	1.103	261	1.610	9.261	2.135	11.396
Em 31/12/2024	77.561	285	10.367	10.510	2.716	7.812	109.251	19.523	128.774

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante	18.649	18.360	20.432	21.524
Passivo não circulante	90.602	82.454	108.342	109.921
	109.251	100.814	128.774	131.445

- (a) As provisões das Centrais Eólicas se referem aos compromissos socioambientais e desmantelamento. Para maiores detalhes em relação ao reconhecimento das provisões desmantelamento e socioambiental vide notas explicativas nº 7 – Imobilizado e 8 - Intangível, respectivamente.

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, consequentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

A provisão foi constituída para as usinas que possuem licença operacional em vigor (Funil, Igarapava, Candonga, Porto Estrela, Centrais Eólicas Santo Inácio, Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauãs) e para as usinas que estão em fase de renovação da licença de operação (Aimorés e Capim Branco).

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros, utilizando a taxa média de desconto nominal de 11,10% no exercício de 2024 (9,47% em 2023) individual e consolidado.

Política contábil

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira, e as alterações nos fluxos futuros estimados com a consequente alteração na taxa de desconto são reconhecidos no ativo da Companhia.

De acordo com o OCPC 05 - Contratos de concessão, após a entrada em operação dos empreendimentos é exigido pela legislação ambiental brasileira que sejam obtidas as licenças de operação, que dependendo dos órgãos ambientais de cada município e estado podem ter prazo entre dois, cinco anos ou ainda outro prazo, mas sempre limitado a 10 anos. Caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado deve ser registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos deve ser provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

14 | Processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a composição do saldo da controladora e do consolidado:

	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2022	133.456	30.037	255	-	163.748
Adições	3	-	-	-	3
Atualizações	10.043	3.249	108	-	13.400
Reversões/pagamentos	(43)	(2.084)	(13)	-	(2.140)
Saldo em 31/12/2023	143.459	31.202	350	-	175.011
Adições	330	8.283	-	57	8.670
Atualizações	8.725	3.367	36	2	12.130
Reversões/pagamentos	(223)	(19.116)	(81)	(9)	(19.429)
Saldo em 31/12/2024	152.291	23.736	305	50	176.382

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações ambientais

- **Ação civil pública -Trecho de vazão reduzida**

Ação Civil Pública, distribuída em 2001, alegando irregularidades nos procedimentos autorizativos da UHE Aimorés. Em sentença, publicada em 2015, a empresa foi condenada a reparar o dano ambiental causado no Trecho de Vazão Reduzida - TVR, mediante apresentação de estudos e projetos destinados à formação de um espelho d'água e, na hipótese de inviabilidade técnica, deve-se quantificar os danos e os custos de medidas compensatórias. Foi apresentado recurso que ainda aguarda análise.

O valor provisionado como perda provável é de R\$22.731 em 31 de dezembro de 2024 (R\$21.675 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação Penal - Morte de Peixes 2016**

Ação Penal distribuída em 2018 e que tem por objeto imputar à Aliança a autoria de crime de poluição culposa com consequente mortes de peixes em março/2016 no Sistema de Transposição de Peixes (STP) da UHE Funil. A sentença aplicou pena de prestação de serviços à comunidade, com custeio de programas ambientais, no valor mensal de R\$1,5,

além de aplicação de multa, recorreram a Aliança e MPF. A Aliança pretendia a anulação do processo, absolvição ou redução da pena, já o MPF pretendia o agravamento da pena para o valor de R\$50.000, aproximadamente. A Turma Julgadora reduziu o número de dias multa e reduziu o tempo de pena de prestação de serviço a comunidade para sete meses. Por outro lado, acolheu parcialmente o recurso do MP para majorar o valor que deve ser empregado mensalmente no custeio da pena de prestação de serviços à comunidade para 1% do montante de dividendos distribuídos para os acionistas em 2016. O acórdão apresentou defeitos no julgamento técnico do recurso de defesa. Por esse motivo, foram opostos Embargos de Declaração em 26/01/2022, visando esclarecimentos e prequestionamentos, necessários a substanciar recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. No entanto, a 1ª Turma Recursal negou seguimento aos Embargos. Tendo em vista que os Embargos foram opostos dentro do prazo, foram opostos novos Embargos de Declaração em 10/02/2022. Ainda assim, na sessão de julgamento realizada em 15/02/2022, a 1ª Turma Recursal da SJMG conheceu dos segundos Embargos, mas negou-lhe provimento. Em seguida, foi interposto Recurso Extraordinário, ao qual foi negado seguimento. Desta decisão, foi interposto Agravo Interno e aguarda-se julgamento.

O valor provisionado como perda provável é de R\$20.594 em 31 de dezembro de 2024 (R\$19.637 em 31 de dezembro de 2023).

- ***Preservação permanente do entorno do reservatório***

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPMG que tem como principal objeto a formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II (“AHEs Capim Branco”). De acordo com o MPE, a área que compõe a APP do entorno dos reservatórios seria de 100 metros e deveria ter sido integralmente adquirida ou desapropriada pelo CCBE, não sendo legítima a instituição de “servidão civil” na faixa de 100 metros de APP, conforme previu o licenciamento ambiental dos AHEs.

Os Pedidos foram julgados parcialmente procedentes para “determinar aos requeridos que instituam, no prazo de 01 ano, a área de preservação permanente no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Capim Branco, com extensão de 100 metros lineares a partir da cota inundada, sob pena de multa diária de R\$3 até o limite de R\$300. A sentença e o acórdão impuseram ao CCBE a obrigação de ter a APP do entorno dos reservatórios sob o seu domínio.

O CCBE, o Estado de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais interpuseram recursos ao acórdão do TJMG e os autos serão remetidos ao STF para julgamento de recurso extraordinário assim que transitada em julgado a decisão do STJ.

O valor provisionado como perda provável é de R\$95.697 em 31 de dezembro de 2024 (R\$91.278 em 31 de dezembro de 2023).

- ***Ação civil pública MPF***

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF em razão de supostas irregularidades na fixação das medidas condicionantes estabelecidas a título de compensação ambiental para a construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés.

O valor provisionado como perda provável é de R\$5.515 em 31 de dezembro de 2024 (R\$5.260 em 31 de dezembro de 2023).

Ações cíveis

- ***Ação de desapropriação***

Trata-se de ação de desapropriação de imóveis, no município de Araguari/MG, para constituição do Parque Estadual do Pau Furado, como forma de compensação florestal estabelecida para atendimento de condicionante ambiental na implantação do empreendimento. Aguarda-se julgamento de recurso especial e extraordinário para prosseguimento da discussão no STJ e no STF.

O valor provisionado como perda provável é de R\$5.250 em 31 de dezembro de 2024 (R\$11.903 em 31 de dezembro de 2023).

- Ação pedido de tutela Coteminas**

Trata-se de demanda com pedido de tutela de urgência ajuizada em face da Coteminas S.A. para que ela cumpra com a obrigação assumida no âmbito do consórcio mantido com a Aliança, qual seja, a realização do aporte do dinheiro necessário para viabilizar a manutenção e as atividades da usina hidrelétrica que integra o seu objeto.

O valor provisionado como perda provável é de R\$7.685 em 31 de dezembro de 2024 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição para a Controladora e Consolidado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ambiental	40.981	40.581	43.335	41.409
Cíveis	93.248	72.341	94.085	72.945
Regulatório	33.239	31.379	33.239	31.711
Tributário	99.465	88.660	101.006	88.660
Outras	4.102	3.460	4.102	3.460
	271.035	236.421	275.767	238.185

Ações ambientais

- Ação de reflorestamento**

Ação Civil Pública distribuída em 2002 ao argumento de ocorrência de irregularidades no procedimento de licenciamento ambiental do Complexo Energético Capim Branco, dentre outros, pela suposta inviabilidade do empreendimento em razão de danos ambientais. A maior parte dos pedidos foi considerada improcedente, subsistido a obrigação de reflorestamento da faixa de 100 metros, no entorno do reservatório da Usina. Atualmente encontra-se pendente de julgamento de recurso no TRF-1ª Região. Foi atribuído valor de R\$27.913 em 31 de dezembro de 2024 (R\$29.889 em 31 de dezembro de 2023) fundamentado nos valores estimados calculados pelo CCBE para o adimplemento dessa obrigação.

- Ação do auto de infração**

Lavratura do Auto de Infração, em 14/06/2024, por "provocar a morte de fauna aquática ou lesões irreversíveis, com fulcro no art. 112, anexo IV, código 438-F, do Decreto Estadual nº 47.383/2018". Foi atribuído valor de R\$8.876 em 31 de dezembro de 2024 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Ações cíveis

- Ação de indenização - extração de minerais**

Trata-se de ação de indenização cível, na qual a parte autora (que atua na extração e comercialização de substâncias minerais na região do Consórcio Capim Branco Energia) requer resarcimento de danos materiais e lucros cessantes em decorrência da inundação da sua propriedade, ocorrida em 2006, inviabilizando a continuidade da atividade de extração de areia. A ação encontra-se em fase de produção de provas, com prognóstico possível, uma vez que a parte autora

detinha apenas autorização para pesquisa, sem direito à lavra. Foi atribuído o valor de R\$19.530 em 31 de dezembro de 2024 como risco possível (R\$18.453 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de indenização - CCBE**

Ação de reparação de danos materiais e morais na qual o autor pleiteia indenizações tendo em vista desapropriações realizadas quando da constituição e formação da Usina. O processo está na fase de conhecimento, tendo o CCBE apresentado contestação em 02/2023. Foi atribuído o valor de R\$12.379 em 31 de dezembro de 2024 como risco possível (R\$10.717 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de indenização - pescadores de Governador Valadares**

Ação de indenização distribuída por 26 pescadores que buscam o recebimento de lucro cessante e percepção de danos morais em razão da implantação das Usinas de Aimorés e Baguari. O processo encontra-se na fase de instrução, aguardando a realização de perícia. Desta forma, é indicado o valor de R\$14.352 em 31 de dezembro de 2024 (R\$12.637 em 31 de dezembro de 2023), conforme cálculo realizado, considerando decisões proferidas em casos similares.

- **Ação de desapropriação**

Trata-se de Ação de Desapropriação Indireta, na qual os Autores sustentam que o imóvel registrado sob a matrícula nº 12.419 L02 do CRI de Resplendor, situado na Rua Alfredo Luiz Muzzi, nº5500, Bairro São Vicente, Resplendor/MG, cuja área alcança 6.494,44 m², embora se encontre dentro da cota de 94,00m entre a linha férrea e o Rio Doce, não foi desapropriado pela Aliança, razão pela qual requer a indenização pela desapropriação/inutilização do imóvel em valor a ser apurado em perícia. Foi atribuído o valor de R\$7.071 em 31 de dezembro de 2024 como risco possível (R\$2.197 em 31 de dezembro de 2023).

Ações tributárias

- **Ação anulatória de débito**

Trata-se de Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, para cobrança de ICMS, multa e juros, no valor total de R\$25.644 relativo à entrada de energia elétrica no estabelecimento da Aliança, ocorridas no período compreendido entre 01/09/2016 e 31/12/2020.

Segundo entendimento da Fiscalização, a Aliança realizou remessas de parte da energia elétrica adquirida com a isenção prevista nas alíneas "b" e "e" do item 210 da Parte 1 do Anexo I do RICMS/02 para destinatários diversos da empresa mineradora que majoritariamente a constitui, em descumprimento das normas estabelecidas na alínea "a" do item 210.2 da Parte 1 do referido Anexo I do RICMS/02. Atualmente, aguarda-se a remessa dos autos ao Conselho de Contribuintes de Minas Gerais e o consequente julgamento da impugnação. Sendo atribuído o valor de R\$34.771 em 31 de dezembro de 2024 (R\$31.627 em 31 de dezembro de 2023).

- **Execução fiscal**

Ação Ordinária que busca a anulação do crédito indicado no Auto de Infração nº 01.000622023-90, relativo ao ICMS das operações de transferência de energia da Aliança para matriz e consórcios. Em primeira instância foi publicada decisão favorável à empresa, sendo que no Tribunal de Justiça houve a reversão em favor da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Foi apresentado recurso para combater a decisão da segunda instância, sendo indicado o valor de R\$60.837 em 31 de dezembro de 2024 (R\$55.337 em 31 de dezembro de 2023), que corresponde ao AI.

Ações regulatórias

- **Encargos de Serviços do Sistema – Resolução do Conselho Nacional de Política Energética**

Ação ordinária na qual a Aliança requer para que a União e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE se abstenham de praticar qualquer ato que, com fundamento na Resolução CNPE nº 03/2013, a inclua no rateio do custo do despacho adicional de usina, de modo a garantir o suprimento energético.

Em 09/02/2018, foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos autorais para afastar os efeitos dos artigos 2º, §5º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, em relação à autora, bem como para determinar que a ré promova nova contabilização e devolução dos valores indevidamente pagos a título de Encargos de Serviços do Sistema, observada a prescrição quinquenal, devidamente atualizados em conformidade com o disposto. Atualmente, aguarda-se julgamento de recurso interposto pela UNIÃO.

O valor de R\$32.385 em 31 de dezembro de 2024 (R\$30.576 em 31 de dezembro de 2023) corresponde ao montante estimado da recontabilização em caso de perda da ação.

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ambientais	7.274	6.839	7.274	6.839
Cíveis	1.197	168	1.790	688
Trabalhistas	95	113	95	113
Fiscais	44	-	44	-
	8.610	7.120	9.203	7.640

Política contábil

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

15 | Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e dois mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	31/12/2024		31/12/2023	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	1.291.582.500	1.291.487.501,00	710.370.375	710.318.125,65
Cemig GT	-	-	581.212.125	581.169.375,35
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

Em 13 de agosto de 2024, a Vale S.A assinou o contrato para aquisição da participação da Cemig GT na Aliança, resultando na transferência integral da participação acionária emitidas pela Aliança.

a. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia.

Durante o exercício de 2024 a Companhia realizou o pagamento a título de dividendos de R\$324.423 (R\$632.529 em 2023), do montante de dividendos liquidados em 2024: R\$138.000 (R\$170.036 em 2023) referem-se a pagamento antecipado de dividendos deliberado pela AGE (Assembleia Geral Extraordinária), no dia 13 de dezembro de 2024 e o restante do valor pago em 2024, refere-se ao pagamento de dividendos apurados em exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de dividendos a pagar é de R\$128.016 (R\$186.423 em 31 de dezembro de 2023).

b. Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

c. Reserva de capital

Em 27 de fevereiro de 2015, o tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, é o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital.

d. Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	266.016	356.459
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,21	0,28

Política contábil

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente稀uir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

16 | Receita líquida

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	1.273.233	1.311.895	1.494.206	1.470.672
Transações com energia na CCEE	7.715	2.227	17.475	11.062
Receita bruta pela prestação de serviços	2.196	1.577	213	209
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(165.513)	(167.264)	(182.839)	(192.398)
	1.117.631	1.148.435	1.329.055	1.289.545

(a) FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Industrial ou equivalente	682.979	679.316	853.647	816.172
Suprimento geração para terceiros	8.405	41.278	8.405	41.278
Suprimento a outras concessionárias	581.849	591.301	632.154	613.222
	1.273.233	1.311.895	1.494.206	1.470.672

(b) IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributos sobre a receita				
PIS	(21.434)	(21.666)	(23.189)	(22.881)
COFINS	(98.728)	(99.796)	(106.822)	(105.403)
ICMS - substituição tributária (b.1)	-	(3.688)	(6.468)	(21.332)
ISS	(110)	(79)	(107)	(79)
	(120.272)	(125.229)	(136.586)	(149.695)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(29.306)	(26.174)	(29.306)	(26.174)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(4.778)	(4.391)	(5.790)	(5.059)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(4.463)	(4.588)	(4.463)	(4.588)
Pesquisa expansão sistema energético - MME	(2.231)	(2.294)	(2.231)	(2.294)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.463)	(4.588)	(4.463)	(4.588)
	(45.241)	(42.035)	(46.253)	(42.703)
	(165.513)	(167.264)	(182.839)	(192.398)

(b.1) O ICMS “substituição tributária” incide quando a energia comercializada é vendida com a finalidade de consumo por destinatário localizado em unidade da federação diferente daquela que Companhia se encontra.

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nos preços especificados nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos, considerando premissas para mensurar o preço da energia e dados que envolvem a quantidade comercializada e o período entre o último faturamento e o final de cada mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia aufera receitas provenientes principalmente pelo fornecimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do montante de venda pela tarifa negociada/contratada.

17 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Energia elétrica comprada para revenda	(72.499)	(167.647)	(98.660)	(174.001)
Repasso repactuação do risco hidrológico	34.297	7.940	34.297	7.940
Depreciação e amortização	(132.430)	(130.818)	(213.954)	(184.820)
Serviços de terceiros	(65.885)	(56.919)	(90.626)	(80.284)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(74.119)	(69.205)	(91.469)	(81.516)
Pessoal	(42.820)	(38.887)	(42.847)	(38.904)
Materiais	(3.437)	(3.195)	(3.417)	(3.383)
Indenização de sinistro	8.997	-	8.997	-
Prêmio do risco hidrológico	(14.516)	(13.855)	(14.516)	(13.855)
Outros custos	(17.992)	(8.338)	(24.436)	(4.235)
	(380.404)	(480.924)	(536.631)	(573.058)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(18.330)	(18.192)	(18.334)	(18.318)
Serviços de terceiros	(19.692)	(17.676)	(23.769)	(24.135)
Participação dos empregados no resultado	(3.823)	(3.450)	(3.823)	(3.450)
Depreciação e amortização	(409)	(369)	(412)	(375)
Contingências ¹	(167.174)	(3.151)	(167.174)	(3.152)
Encargos de uso da rede básica	-	-	-	(4.373)
Outras (despesas) receitas líquidas	(5.920)	(7)	(4.194)	(1.100)
	(215.348)	(42.845)	(217.706)	(54.903)
Resultado de equivalência patrimonial	38.987	22.651	-	-
Amortização do ágio	(295)	(297)	-	-
	38.692	22.354	-	-
	(176.656)	(20.491)	(217.706)	(54.903)

¹ No terceiro trimestre de 2024, a Companhia reconheceu em seu resultado despesas com contingências da Cemig Geração e de sua acionista Vale S.A, relacionadas as causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos. O valor dessas despesas foi estimado com base nas melhores informações disponíveis e em avaliações de risco.

18 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

Receitas financeiras	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Renda de aplicação financeira	40.251	48.639	58.256	61.904
Juros sobre depósitos judiciais	3.483	1.778	3.555	1.846
Outras	442	218	648	329
	44.176	50.635	62.459	64.079

Despesas financeiras

Encargos de financiamentos e debêntures	(111.300)	(55.050)	(127.599)	(72.581)
Encargos financeiros - concessões a pagar	(97.642)	(104.201)	(97.642)	(104.201)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(9.261)	(9.993)	(11.396)	(10.955)
Outras	(1.367)	(720)	(3.682)	(2.975)
	(219.570)	(169.964)	(240.319)	(190.712)
	(175.394)	(119.329)	(177.860)	(126.633)

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

19 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Grupo Vale		Grupo Cemig (a)		TOTAL	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber								
Venda de energia (i)	-	-	65.350	65.720	-	19.433	65.350	85.153
Serviços de backoffice	182	462	-	-	-	-	182	462
Acerto de contingências passivas (iii)	-	-	-	108.050	-	57.835	-	165.885
Adiantamento futuro aumento de capital (vi)	11.241	518.033	-	-	-	-	11.241	518.033
Dividendos a receber (v)	30.565	27.794	-	-	-	-	30.565	27.794
Outros valores a receber	600	576	-	-	-	-	600	576
Contas a pagar								
Outros valores a pagar	-	-	102	97	-	467	102	564
Dividendos a pagar (v)	-	-	128.016	102.533	-	83.890	128.016	186.423
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	-	3.458	-	3.458
	Centrais Eólicas		Grupo Vale		Grupo Cemig (a)		TOTAL	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado								
Receita com venda de energia (i)	-	-	682.979	689.520	112.381	211.685	795.360	901.205
Receita com serviços de backoffice	1984	(425)	-	-	-	-	1.984	(425)
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	(26.743)	(45.503)	(26.743)	(45.503)
Custo com O&M (iv)	-	(95)	-	-	(2.750)	(6.070)	(2.750)	(6.165)
Compra de energia (i)	(158)	-	-	-	(157)	-	(315)	-
Outras despesas	-	-	(739)	-	(136)	-	(875)	-
Outros custos	-	-	(31)	-	(226)	-	(257)	-
Recuperação de despesas (ii)	6.579	5.801	-	-	-	-	6.579	5.801

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) operações com venda e compra de energia elétrica através de contrato com sua acionista; (ii) recuperação de despesas; (iii) despesas com contingências relacionadas a causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos; (iv) serviços de operação e manutenção; (v)

dividendos a pagar e receber; e (vi) adiantamento para futuro aumento de capital reconhecido dentro de investimentos na controladora.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

- (a) Conforme informado no contexto operacional, a Cemig foi considerada como parte relacionada até 13 de agosto de 2024. Após a aquisição da Vale de 100% das ações da Companhia, ocorreu a transferência de responsabilidade das contingências das Acionistas para Aliança e os efeitos dessa transação podem ser observados na nota explicativa nº 17.b - Despesas operacionais.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes, que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$11.164 (R\$11.003 em 31 de dezembro de 2023), incluindo pró-labore, salários e benefícios. Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas operacionais.

20 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desprende um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
(b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem,

em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJRA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo despreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No despreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber, dividendos a receber, outros valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos, dividendos a pagar e concessões a pagar como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	253.237	270.672	440.472	381.823
Aplicações financeiras	154.035	82.248	186.008	108.255
Contas a receber	139.112	133.927	163.358	151.967
Outros valores a receber	11.901	16.079	15.509	19.122
Dividendos a receber	30.565	27.794	-	-
Outros valores a receber de partes relacionadas	-	165.885	-	165.977
	588.850	696.605	805.347	827.144

Passivos financeiros:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo amortizado				
Fornecedores				
Fornecedores	35.477	42.108	86.680	76.371
Financiamentos e debêntures	1.168.446	1.169.989	1.337.811	1.349.783
Arrendamentos	4.882	2.895	37.566	23.282
Dividendos a pagar	128.016	186.423	128.016	186.423
Concessões a pagar	239.543	258.483	239.543	258.483
	1.576.364	1.659.898	1.829.616	1.894.342

Valor justo dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças relevantes entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	239.543	252.957	258.483	272.131
Financiamentos e debêntures	1.168.446	1.058.535	1.169.989	1.169.989
	1.407.989	1.311.492	1.428.472	1.442.120
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	239.543	252.957	258.483	272.131
Financiamentos e debêntures	1.337.811	1.193.712	1.349.783	1.318.783
	1.577.354	1.446.669	1.608.266	1.590.914

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de dezembro de 2024. Esta exposição ocorre em função do passivo de financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 12) indexado à variação do IPCA e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao IPCA e TJLP.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 7,43%, IPCA de 4,42% e o CDI acumulado será de 12,39% para as aplicações financeiras. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

a. CONTROLADORA:

	31/12/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 12,39%	Cenário I CDI 15,49%	Cenário II CDI 18,59%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	404.408	354.302	341.765	329.229
Ativo exposto	404.408	354.302	341.765	329.229
Efeito no resultado		(50.106)	(62.643)	(75.179)
	31/12/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 4,42%	Cenário I IPCA 5,53%	Cenário II IPCA 6,63%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(1.168.446)	(1.220.091)	(1.233.061)	(1.245.914)
Passivo exposto	(1.168.446)	(1.220.091)	(1.233.061)	(1.245.914)
Efeito no resultado		(51.645)	(64.615)	(77.468)
Efeito líquido da variação no resultado		(101.751)	(127.258)	(152.647)

b. CONSOLIDADO:

Desritivo	31/12/2024	Cenário Base CDI 12,39%	Cenário I CDI 15,49%	Cenário II CDI 18,59%
	Valor Contábil			
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	623.616	546.350	527.018	507.686
Ativo exposto	623.616	546.350	527.018	507.686
Efeito no resultado		(77.266)	(96.598)	(115.930)
Desritivo	31/12/2024	Cenário Base IPCA 4,42%	Cenário I IPCA 5,53%	Cenário II IPCA 6,63%
	Valor Contábil			
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(1.168.446)	(1.220.091)	(1.233.061)	(1.245.914)
Passivo exposto	(1.168.446)	(1.220.091)	(1.233.061)	(1.245.914)
Efeito no resultado		(51.645)	(64.615)	(77.468)
Desritivo	31/12/2024	Cenário Base TJLP 7,43%	Cenário I TJLP 9,29%	Cenário II TJLP 11,15%
	Valor Contábil			
Passivo				
Finem BNDES (nota explicativa nº 12)	(169.365)	(181.949)	(185.099)	(188.249)
Passivo exposto	(169.365)	(181.949)	(185.099)	(188.249)
Efeito no resultado		(12.584)	(15.734)	(18.884)
Efeito líquido da variação no resultado		(141.495)	(176.947)	(212.282)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro 2024. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 11 – Concessões a pagar) indexado à variação do IGP-M.

- Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, a taxa IGP-M anualizada será de 3,73%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	31/12/2024	Cenário Base IGP-M 3,73%	Cenário I IGP-M 4,66%	Cenário II IGP-M 5,60%
	Valor Contábil			
Passivo				
Concessões a pagar (nota explicativa nº 11)	(239.543)	(248.478)	(250.706)	(252.957)
Passivo líquido exposto	(239.543)	(248.478)	(250.706)	(252.957)
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		(8.935)	(11.163)	(13.414)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

CONTROLADORA ¹	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	35.477	37.044	37.044	-	-	-
Financiamentos e debêntures	1.168.446	1.220.541	23.406	67.619	515.693	613.823
Arrendamentos	4.882	5.097	436	1.247	3.414	-
Dividendos a pagar	128.016	128.016	-	128.016	-	-
Concessões a pagar	239.543	244.421	10.644	30.394	128.942	74.441
	1.576.364	1.635.119	71.530	227.276	648.049	688.264

CONSOLIDADO ¹	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	86.680	86.680	86.680	-	-	-
Financiamentos e debêntures	1.337.811	1.386.700	26.797	77.439	609.172	673.292
Arrendamentos	37.566	39.225	1.329	3.854	14.663	19.379
Dividendos a pagar	128.016	128.016	-	128.016	-	-
Concessões a pagar	239.543	244.421	10.644	30.394	128.942	74.441
	1.829.616	1.885.042	125.450	239.703	752.777	767.112

¹ Os instrumentos financeiros à taxa de juros pós-fixados.

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados.

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com sua acionista (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionista entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de sua acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	253.237	270.672	440.472	381.823
Aplicações financeiras	154.035	82.248	186.008	108.255
Contas a receber	139.112	133.927	163.358	151.967
Outros valores a receber	11.901	16.079	15.509	19.122
Total da exposição	558.285	502.926	805.347	656.310

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em sua acionista.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico, substituída pela Resolução Normativa Aneel nº 1.035, de 26 de julho de 2022 que consolida os atos regulatórios relativos à metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE;

(ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista. Portanto, a Companhia após decisão do Conselho, em setembro de 2021, aderiu a repactuação para todas as usinas, exceto Porto Estrela e Capim Branco II.

21 | Cobertura de seguros

a. SEGURO DE VIDA

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

b. SEGURO SAÚDE

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abrange colaboradores e seus dependentes. Em 31 de dezembro de 2024, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$2.286 (R\$2.521 em 31 de dezembro de 2023).

c. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCO OPERACIONAL

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$707.259, respectivamente em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2025.

22 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$71.474 em 31 de dezembro de 2024 (R\$82.630 em 31 de dezembro 2023).

Contrato de arrendamento

Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação nas Centrais Eólicas conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
São Raimundo	8.147	8.457
Santo Inácio III	10.273	10.663
Garrote	7.793	8.089
Santo Inácio IV	7.793	8.089
Gravier	12.811	13.059
Acauã I	11.723	-
Acauã II	10.552	-
Acauã III	5.880	-
	74.972	48.357

Balanço energético a longo prazo

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia e suas controladas e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

	MW médios				
	2025	2026	2027	2028	2029
Garantia Física	762,02	762,02	762,02	762,02	762,02
Garantia Física no CG	740,28	740,28	740,28	740,28	740,28
Contratos de Compra	40,00	16,00	-	-	-
Contratos de Venda	687,53	687,53	687,53	687,53	687,53
Distribuidor	25,06%	25,06%	25,06%	25,06%	25,06%
Autoprodutor	65,65%	65,65%	65,65%	65,65%	65,65%
Gerador	9,28%	9,28%	9,28%	9,28%	9,28%
Comercializador	-	-	-	-	-
Total Contratado	88,11%	90,91%	92,87%	92,87%	92,87%

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- A UHE Risoleta Neves em operação plena; e
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até 31 de dezembro 2024 para todo o horizonte.

23 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a receber (1)	11.896	5.920	-	-
Provisão de demandas judiciais (2)	8.144	8.112	8.144	8.112
Fornecedores de imobilizado	13.093	1.373	52.447	30.868
Juros capitalizados (3)	10.266	30.007	-	-
Contabilização IFRS 16 (4)	3.256	51	15.945	6.316
	46.655	45.463	76.536	45.296

- 1) Valores a receber das Centrais Eólicas de Santo Inácio;
- 2) As provisões de demandas judiciais, cujo fato gerador é anterior a criação da Aliança, não transitaram pelo resultado da Companhia e serão resarcidas pelos seus acionistas;
- 3) Juros capitalizados da construção dos novos projetos das Centrais Eólicas de Acauã I, II, III e Gravier; e
- 4) Reconhecimento do passivo de arrendamento e um direito de uso no grupo de imobilizado, de acordo com o IFRS 16.

DIRETORIA

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor Financeiro e Administrativo

Carlos Augusto Pavanello Lopes Filho
Diretor de Operações e Engenharia

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0402352

Passo 3 - Digite a senha: 0J0Fa09a